

China
Construction
Bank (Brasil)
Banco Múltiplo
S.A. - CCB Brasil

**Demonstrações financeiras
consolidadas em 30 de
junho de 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração 1º Semestre de 2016	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	19

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” - submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, com parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2016. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são mostrados em base consolidada abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais – R\$). As demonstrações financeiras aqui retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Ambiente Econômico

No acumulado de 12 meses até junho de 2016, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 8,84%. A taxa básica de juros (Selic) de 14,25% a.a tem se mantido neste patamar nas nove últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) do BACEN, desde julho de 2015.

A taxa de câmbio apresentou expressiva volatilidade no decorrer do primeiro semestre de 2016. A apreciação do Real frente ao Dólar foi de 17,80% e a cotação ao fim do período alcançou R\$ 3,2098/US\$. A balança comercial registrou superávit (vendas externas maiores que as importações) de US\$ 23,65 bilhões. Nos seis primeiros meses de 2016, as exportações somaram US\$ 90,25 bilhões enquanto que as importações atingiram US\$ 66,60 bilhões. A China continua sendo o principal destino das exportações e importações brasileiras.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,13 trilhões em junho de 2016, o que representa uma diminuição de 2,77% ante dezembro de 2015 (R\$ 3,22 trilhões). O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 51,92%.

Principais Indicadores Financeiros do CCB Brasil

<i>R\$ Milhões</i>	<i>30/06/2016</i>	<i>30/06/2015</i>
Total de Ativos	13.145,2	15.431,7
Operações de Crédito - Carteira Expandida	8.165,4	10.859,4
Captações em Reais	3.063,1	7.051,2
Captações em moeda estrangeira	6.259,1	5.317,1
Patrimônio Líquido	1.228,6	944,3
Índice de Basileia	17,07%	11,23%
Resultado Líquido - semestre	(340,3)	(267,9)
Pontos de Atendimento	37	37
Número de Funcionários - conglomerado	780	879
Pontos de Atendimento	37	37
Número de Funcionários - conglomerado	780	879

Riscos

A gestão de riscos da Instituição tem como objetivo garantir que as operações e relacionamentos assegurem a qualidade dos serviços e um adequado balanço entre o risco e o retorno. O Banco

adota o critério de avaliação de carteiras em função da rentabilidade das operações e do capital econômico que consomem considerando os principais riscos identificados, incluindo-se os de mercado, crédito, socioambiental, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, atendendo os objetivos, políticas, estratégias definidos.

A governança de riscos, de maneira geral, é centralizada no Comitê de Governança, que cuida ainda da definição de limites globais de exposição e os níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O modelo adotado se baseia na independência e transparência de avaliação, com segregação das decisões das áreas operacionais e de controles.

O Banco adota modelos internos de rating, gestão de capital por avaliação de cenários, análise de VaR e EVE como elementos de controle e limites, além de testes de estresse. Conta a Instituição com medidas transversais destinadas a limitar a excessiva concentração do perfil de riscos, na perspectiva dos clientes, negócios, produtos e disposição geográfica.

Com o objetivo de reforçar seus valores e alinhar o comportamento dos empregados às diretrizes estabelecidas no gerenciamento de riscos, o Banco dispõe de diversas iniciativas internas que estimulam a cultura de riscos e fortalecem a responsabilidade individual e o comportamento ético de gerir o negócio.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site de da Instituição (<http://www.br.ccb.com>).

Risco de Mercado

O controle dos riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras é essencial para aperfeiçoar o uso do capital e priorizar os negócios que oferecem a melhor relação de risco e retorno.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente e para efeito de classificação quanto à intenção de negociação, as carteiras são divididas em duas categorias. As operações com intenção de negociação e destinadas à revenda, obtenção de benefício de movimentos de preços e realização de arbitragem (*Trading Book*) são segregadas das estruturais, destinadas a gestão ativa da carteira (*Banking Book*), no momento de sua realização.

Diariamente, os limites preestabelecidos pelo Comitê de Tesouraria são comparados aos valores das carteiras marcadas a mercado (MtM) e ao *Value at Risk* (VaR) e o VaR em cenários de estresse. O controle das posições do banco pelo seu valor de mercado visa fornecer sensibilidade a real exposição aos diversos fatores de risco.

Durante o semestre, os níveis médios de risco de mercado mantiveram-se reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 30 de junho de 2016, devido a limitações que seriam adotadas a partir de julho/16, o VaR para a exposição *trading* atingiu menos de R\$ 1 mil e o VaR Global (*Trading* e *Banking*) – R\$ 77,2 milhões. Comparativamente, em 31 de Dezembro de 2015, o VaR para a exposição *trading* atingiu R\$ 266 mil e o VaR Global (*Trading* e *Banking*) – R\$ 34,8 milhões.

Com a aprovação pelos reguladores americanos da regra *Volcker* que integra a lei *Dodd-Frank* sobre a reforma de *Wall Street*, o China Construction Bank Corporation e todas as suas

controladas tiveram que adaptar suas carteiras. Neste cenário, foram suspensas a partir de julho/16 as operações da carteira de negociação (*trading*) do CCB Brasil, pois a regra impede que uma entidade bancária, ligada a uma corporação com operações nos EUA, conduza transações por meio das quais ela seja a principal beneficiária de movimentos de curto prazo nos preços dos ativos contemplados nestas operações.

Exposição Cambial

O Banco acompanha a composição dos ativos e passivos, detalhados por indexador, com o intuito de gerenciar as exposições e analisar os impactos possíveis em diversos cenários. A estratégia de gestão do risco cambial é a de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor das moedas. Para essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Em 30 de junho de 2016, a exposição cambial, para efeito do requerimento de capital atendendo a Circular BACEN nº 3.389 de 25 de junho de 2008, e Circular BACEN nº 3.662 de 11 de julho de 2013, somava R\$ 33,4 milhões representando pequena redução ante a exposição de R\$ 35,3 milhões de dezembro de 2015.

Risco de Liquidez

O Banco dispõe de um conjunto de controles e limites técnicos para monitorar ocorrência de eventuais desequilíbrios entre o fluxo dos ativos negociáveis e passivos exigíveis que possa afetar a capacidade de pagamento da Instituição. O Fluxo de caixa é avaliado diariamente e são definidas ações táticas para sua manutenção. Pela sua importância, os limites de liquidez e os modelos de estresse são permanentemente avaliados, bem como as decisões estratégicas e a política de contingência para um horizonte de tempo de, no mínimo, três anos.

Os indicadores definidos para o cenário de estresse de mercado e institucional permitem simular o comportamento do caixa e antecipar ações. A política de caixa mínimo vigente considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia.

A simulação do fluxo de caixa em condições severas de estresse revela resultados que superaram amplamente os limites mínimos de liquidez de curto prazo definidos nas políticas.

Risco de crédito

A gestão do risco de crédito permite um controle integrado com diversas visões da carteira, incluídas as linhas utilizadas e não utilizadas, derivativos e operações que não constam do balanço. O risco de crédito decorre principalmente de operações de empréstimo, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos além de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo e prestação de garantias. Os limites são aprovados em comitês, com utilização de modelos de *rating*. Os controles são centralizados e em tempo real, o que confere perfeita sintonia com os limites estabelecidos e com a qualidade das garantias. O Banco prioriza manter uma carteira de riscos bastante diversificada em relação a sua exposição a grandes riscos, a mercados e setores e a produtos.

O Banco considera o impacto social e ambiental adverso das atividades dos clientes que decorrem de eventual paralisação ou limitação de atividades que podem refletir em elevação de riscos associados à capacidade de pagamento, ao cumprimento de obrigações, à performance e demais

riscos de crédito. Além da classificação de *rating* de crédito, todos os clientes são qualificados em *ratings* socioambientais. Em 30 de junho de 2016, cerca de 75% dos clientes possuíam riscos socioambientais médios e baixos.

Risco Operacional

O Banco aloca capital para risco operacional atendendo a legislação e adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do art.1º da Circular nº. 3.383, de 30 de abril de 2008 e complementa a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos, utilizando-se de sistema que permite o cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (VaR no intervalo de confiança 99,9%).

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa a redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

Governança Corporativa

O CCB Brasil possui uma estrutura de Comitês que agrega as áreas técnicas e decisórias, possibilita troca de experiências e permite a elaboração de soluções consistentes para o desenvolvimento de um ambiente que possibilite a sustentabilidade dos negócios, preservação de imagem e administração de riscos. Por intermédio de manifestação de comitês sobre as principais decisões, especialmente em ambiente de alta volatilidade, de elevação de inadimplência e riscos de liquidez do fluxo de caixa, há o alinhamento à estratégia de negócios e ao apetite ao risco.

Esta estrutura é composta por 15 comitês especializados, com funções específicas e técnicas, amparados pelo Comitê de Governança Corporativa, responsável por auxiliar na implantação de iniciativas e aprovar questões ligadas a mudanças de padrões, processos e produtos que venham a afetar o direcionamento estratégico, inclusive no que concerne a avaliar e deliberar as recomendações de sanções encaminhadas pelo Comitê de Sustentabilidade.

Dando ainda maior ênfase ao pilar de supervisão, o Comitê de Auditoria realiza periodicamente a revisão dos principais relatórios e se reúne com os gestores, obtendo uma visão abrangente dos principais riscos e controles com o intuito de subsidiar o Conselho de Administração em questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças, visando proporcionar maior transparência às informações e assegurar a prestação de contas dos administradores.

Decorrente de suas práticas de Governança, o Banco preza pela qualidade e aperfeiçoamento do relacionamento e prestação de contas aos seus públicos de interesse. Com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação de informações e revelar de forma clara as atividades e resultados econômicos, sociais e ambientais a Instituição publica anualmente seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, destinado a todos os públicos e que está disponível em seu site.

Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 200,5 milhões, o que representa 5,2% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 05 de dezembro de 2016).

Ratings

Agências/ Consultoria	Rating	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Ba3 NP Aaa.br BR-1 Negativa	<ul style="list-style-type: none">• Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira e moeda local<ul style="list-style-type: none">- Longo prazo- Curto prazo• Depósitos na Escala Nacional<ul style="list-style-type: none">- Longo prazo- Curto prazo• Perspectiva	18/05/16
Standard & Poor's	B+ B brBBB CreditWatch em desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none">• Escala Global em moeda estrangeira e moeda local – rating de contraparte<ul style="list-style-type: none">- Longo prazo- Curto prazo• Escala Nacional• Perspectiva	01/04/16
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+ (bra) Estável	<ul style="list-style-type: none">• Escala Nacional<ul style="list-style-type: none">- Longo prazo- Curto prazo• Perspectiva	12/09/16

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB foi instituído em atendimento à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O antigo BICBANCO, sucedido pelo CCB, teve seu controle acionário adquirido pelo CCB – China Construction Bank, através da CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda., sendo que as operações do banco estão sendo conduzidas nesse contexto. Já ocorreu o cancelamento de registro de companhia aberta. Em seu plano de negócios a instituição prevê a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes para a realização do estoque de créditos tributários, bem como a capitalização mínima exigida pelo BACEN, aspectos constantes da nota explicativa nº 1, relativa ao contexto operacional, bem como do relatório dos auditores independentes em parágrafo de ênfase.

No exercício de 2016, até esta data, o Comitê realizou formalmente 22 reuniões. O relatório do Comitê e este resumo foram aprovados em reunião de 05/12/2016. As atas e relatórios são regularmente encaminhados ao Conselho de Administração. O Comitê acompanha as determinações e apontamentos do órgão regulador, tendo inclusive mantido durante o período reunião específica com representantes do Banco Central do Brasil (BACEN). O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2016, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê de Auditoria avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar. Cabe ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controle interno e das demonstrações financeiras.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela KPMG Auditores Independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2016, cujo relatório, datado de 05 de dezembro de 2016, apresenta-se sem ressalvas, com parágrafo de ênfase que faz referência à nota explicativa sobre contexto operacional, em relação às ações visando a recuperação do crédito tributário e para o cumprimento dos limites mínimos de capital. Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do CCB.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2016. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o parecer dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, membros do Conselho e com Diretores da instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas à Administração pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN. Suas principais recomendações estão centradas na definição e implementação da nova estratégia e da necessidade de recomposição do capital regulatório, ambos aspectos essenciais para possibilitar a recuperação do ativo fiscal diferido.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2016, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição. Conforme comentários na nota explicativa 1 e parágrafo de ênfase no relatório dos auditores, a instituição realiza uma série de medidas visando a regularização dos níveis mínimos de capitalização e realização do ativo fiscal diferido.

São Paulo, 05 de dezembro de 2016.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente

Walter M. Machado de Barros



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil (nova denominação social do Banco Industrial e Comercial S.A.)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações consolidadas de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 30 de junho de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Transferência do controle acionário e operações

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional, a qual informa sobre a transferência do controle acionário do Banco, ocorrida em 29 de agosto de 2014, as ações implementadas e previstas para serem implementadas pelo novo controlador para a retomada de resultados operacionais positivos, com a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários, e o plano para o cumprimento dos limites mínimos de capitalização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado


Examinamos, também, as demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 5 de dezembro de 2016.

São Paulo, 5 de dezembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Balancos patrimoniais em 30 de junho

Em milhares de Reais

		PRUDENCIAL	
		2016	2015
ATIVO			
Circulante		7.122.657	9.448.537
Disponibilidades	4a.	59.213	228.310
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		11.214	348.312
Aplicações no mercado aberto	4b.	16	83.475
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	5.742	73.090
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	5.456	191.747
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.937.845	3.176.264
Carteira própria	5b.	1.878.578	1.402.347
Vinculados a operações compromissadas	5b.	1.308.286	1.150.885
Vinculados a prestação de garantias	5b.	687.586	62.127
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	63.395	560.905
Relações Interfinanceiras		28.910	70.131
Pagamentos e recebimentos a liquidar		8.398	8.185
Depósitos no Banco Central	7.	20.512	61.926
Correspondentes no país		-	20
Operações de Crédito		2.328.847	4.065.581
Operações de crédito	8.	2.597.338	4.639.424
Setor público		26.951	122.775
Setor privado		2.570.387	4.516.649
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(268.491)	(573.843)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	(2.607)	(16.050)
Arrendamentos a receber - setor privado		37.390	106.792
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(36.332)	(103.194)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(3.665)	(19.648)
Outros Créditos		718.606	1.515.628
Avais e fianças honrados		26.954	28.828
Carteira de câmbio	10.	550.419	1.294.407
Rendas a receber		16.020	13.087
Negociação e intermediação de valores		4.659	1.226
Diversos	11.	225.441	298.100
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(104.887)	(120.020)
Outros Valores e Bens		40.629	60.361
Despesas antecipadas	12b.	40.629	60.361

		PRUDENCIAL	
		2016	2015
ATIVO			
Realizável a Longo Prazo		5.696.542	5.509.919
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		48.384	975
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	48.384	975
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		420.565	1.610.418
Carteira própria	5b.	89.058	1.012.301
Vinculados a operações compromissadas	5b.	17.387	14.835
Vinculados a prestação de garantias		8.284	150.757
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	305.836	432.525
Operações de Crédito		2.568.298	1.943.412
Operações de crédito	8.	2.767.761	2.286.129
Setor público		15.077	25.708
Setor privado		2.752.684	2.260.421
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(199.463)	(342.717)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	(2.674)	(12.391)
Arrendamentos a receber - setor privado		26.499	65.077
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(26.499)	(65.077)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(2.674)	(12.391)
Outros Créditos		2.358.131	1.683.035
Carteira de câmbio	10.	-	1.495
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	28.a	1.779.900	1.287.214
Diversos	11.	579.659	410.992
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(1.428)	(16.666)
Outros Valores e Bens		303.838	284.470
Outros valores e bens	12a.	347.085	329.151
Despesas antecipadas	12b.	34.884	30.313
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(78.131)	(74.994)
Permanente		326.039	473.290
Investimentos		1.584	1.569
Participações em controladas - no país		872	857
Outros investimentos		1.202	1.202
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso	13b.	107.583	119.181
Imóveis de uso		168.687	166.847
Outras imobilizações de uso		35.514	36.455
Depreciações acumuladas		(96.618)	(84.121)
Imobilizado de Arrendamento		135.831	288.098
Bens arrendados		305.472	459.282
Superveniência de depreciação		14.988	76.611
Depreciações acumuladas		(184.629)	(247.795)
Intangível	13c.	74.331	58.723
Ativos intangíveis		118.099	114.275
Amortização acumulada		(43.768)	(55.552)
Diferido	13d.	6.710	5.719
Gastos de organização e expansão		30.783	43.866
Perdas em arrendamento a amortizar		11.893	11.080
Amortização acumulada		(35.966)	(49.227)
Total do Ativo		13.145.238	15.431.746

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Balancos patrimoniais em 30 de junho

Em milhares de Reais

		PRUDENCIAL	
		2016	2015
PASSIVO			
Circulante		8.773.079	11.258.911
Depósitos	17a.	1.590.512	4.898.108
Depósitos à vista		99.872	170.620
Depósitos de poupança		12.601	13.605
Depósitos interfinanceiros		76.330	227.706
Depósitos a prazo		1.400.194	4.485.051
Depósitos em moedas estrangeiras		1.515	1.126
Captações no Mercado Aberto	18.	1.133.777	998.007
Carteira própria		1.133.777	998.007
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		370.251	1.638.808
Recursos de letras emitidas		347.882	532.081
Letras de crédito imobiliário		88.671	218.326
Letras de crédito de agronegócio		192.041	253.046
Letras financeiras		67.170	60.709
Recursos de aceites cambiais		2	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	22.367	1.106.727
Relações Interfinanceiras		1.219	2.901
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.219	2.894
Correspondentes no país		-	7
Relações Interdependências		16.796	8.028
Recursos em trânsito de terceiros		16.796	8.028
Obrigações por Empréstimos	20.	4.802.864	3.001.203
Empréstimos no exterior		4.802.864	3.001.203
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	32.539	37.526
Ministério da Agricultura - FUNCAFE		23.726	24.333
Ministério das Cidades		8.813	13.193
Obrigações por Repasses do Exterior	20.	67.725	230.453
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	291.204	3.397
Instrumentos financeiros derivativos		291.204	3.397
Outras Obrigações		466.192	440.480
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.597	2.752
Carteira de câmbio	10.	16.615	36.636
Sociais e estatutárias		816	914
Fiscais e previdenciárias	23.	69.273	42.234
Negociação e intermediação de valores		18.458	4.875
Divida subordinada	26.	16.287	15.724
Diversas	24.	342.146	321.077
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC			16.268
Exigível a Longo Prazo		3.113.746	3.203.606
Depósitos	17a.	512.293	1.074.278
Depósitos interfinanceiros		188.662	424.489
Depósitos a prazo		323.631	649.789
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.	180.360	211.452
Recursos de letras emitidas		125.035	151.841
Letras de crédito imobiliário		66.829	63.815
Letras de crédito de agronegócio		33.576	29.176
Letras financeiras		24.630	58.850
Recursos de aceites cambiais		259	224
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	55.066	59.387
Obrigações por Repasses do Exterior	20.	82.522	27.839
Outras Obrigações		2.338.571	1.890.037
Fiscais e previdenciárias	22.	704.295	664.050
Divida subordinada	25a.	1.306.558	1.225.211
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	25b.	326.761	-
Diversas	24.	957	776
Resultados de Exercícios Futuros	26.	29.852	24.964
Patrimônio Líquido	27.	1.228.561	944.265
Capital Social Realizado		1.554.860	2.012.810
De domiciliados no país		1.554.860	1.793.104
De domiciliados no exterior		-	219.706
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.652)	(18.773)
Prejuízos acumulados		(340.566)	(994.667)
Participação de não controladores		71.024	-
(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)
Total do Passivo		13.145.238	15.431.746

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social

		PRUDENCIAL	
	Nota	2016	2015
Receitas da Intermediação Financeira		746.933	924.872
Operações de crédito	29a.	486.276	676.338
Operações de arrendamento mercantil		4.576	(1.972)
Resultado de títulos e valores mobiliários	29b.	255.942	250.383
Resultado de aplicações compulsórias		139	123
Despesas da Intermediação Financeira		(975.333)	(1.084.904)
Captação no mercado	29e.	(203.572)	(906.164)
Empréstimos, cessões e repasses	29f.	769.626	(308.359)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	29c.	(1.117.326)	375.446
Resultado de câmbio	29d.	(121.959)	237.003
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros			(1.730)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	(302.102)	(481.100)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(228.400)	(160.032)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(178.392)	(293.708)
Receitas de prestação de serviços		28.932	34.237
Rendas de tarifas bancárias		3.481	5.939
Despesas de pessoal	29i.	(112.563)	(107.620)
Despesas tributárias	29k.	(13.469)	(17.967)
Resultado de participações em controladas	15.	3	8
Outras despesas administrativas	29j.	(81.553)	(81.719)
Outras receitas operacionais	29g.	97.331	31.722
Outras despesas operacionais	29h.	(100.554)	(158.308)
Resultado Operacional		(406.792)	(453.740)
Resultado não operacional	29m.	981	1.864
Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre o Lucro		(405.811)	(451.876)
Imposto de renda	28c.	(11.697)	(7.336)
Contribuição social	28c.	(10.558)	(4.636)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	28c.	87.776	195.860
Prejuízo Líquido do Semestre		(340.290)	(267.988)
Resultado atribuído ao controlador		(346.014)	(272.945)
Resultado atribuído ao não controlador		5.724	4.957
Número de Ações Integralizadas (mil)	27.		
Prejuízo por Ação do Capital Social - R\$			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	2.012.810	(55.105)	(11.586)	(726.679)	-	1.219.440
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-7.187	-	-	(7.187)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(267.988)	-	(267.988)
Saldos em 30 de junho de 2015	2.012.810	(55.105)	(18.773)	(994.667)	-	944.265
Mutações do semestre	-	-	(7.187)	(267.988)	-	(275.175)
Saldos em 01 de janeiro de 2016	2.012.810	(55.105)	(5.010)	(1.218.226)	66.077	800.546
Redução de capital	(1.217.950)	-	-	1.217.950	-	-
Aumento de capital em espécie	760.000	-	-	-	-	760.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	3.358	-	-	3.358
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(340.290)	-	(340.290)
Participação de não controladores	-	-	-	-	4.947	4.947
Saldos em 30 de junho de 2016	1.554.860	(55.105)	(1.652)	(340.566)	71.024	1.228.561
Mutações do semestre	457.950	-	3.358	877.660	4.947	428.015

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações do fluxo de caixa dos semestres findos

Em 30 de junho de 2016 e 2015 - Metodo Indireto

Em milhares de Reais

	PRUDENCIAL	
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) Líquido	(340.290)	(267.988)
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido	303.411	545.805
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	302.102	481.100
Depreciações e amortizações	10.358	10.328
Provisão outras	303	(1.746)
Provisão/(reversão) com processos cíveis e trabalhistas	(15.858)	13.609
Resultado de participações em controladas	(3)	(8)
Perda na venda de imobilizado	5	47
(Ganho) na venda bens não de uso próprio	(2.154)	(2.154)
Amortização de ágio de investimento	(11.421)	(976)
Superveniência/insuficiência de depreciação	20.079	45.605
Lucro Líquido Ajustado	(36.879)	277.817
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(27.417)	(1.476)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instr.fin.deriv.	871.231	(540.696)
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependencias	(790)	13.416
(Aumento)/redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(635.168)	667.814
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	181.334	(69.047)
(Aumento) em crédito tributário de IR e CS	(85.028)	(200.979)
(Redução) em depósitos	(1.619.291)	(703.915)
(Redução) em captações no mercado aberto	(377.229)	(616.637)
(Redução) em outras obrigações	3.045	(41.834)
Aumento/(redução) em impostos a recolher IR e CS	(9.010)	189
Aumento/(redução) em resultado de exercicios futuros	745	(1.136)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(1.734.457)	(1.216.484)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos :		
Redução em títulos e valores mobiliários	(6.180)	21.340
Alienação de bens não de uso próprio	7.729	7.729
Alienação de investimentos	-	7
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	50.367	38.375
Aquisição de bens não de uso próprio	(13.138)	(13.138)
Aquisição de investimentos	-	(4)
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	(6.480)	(12.019)
Aplicação no intangível	(2.185)	(539)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	30.113	41.751
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	(23.115)	72.035
Aumento em obrigações p/empréstimos e repasses	562.274	1.166.211
Aumento/(redução) em dívidas subordinadas	(189.289)	156.964
(Redução) em instrumento de dívida elegíveis a capital	(70.765)	-
Participação de não controladores	4.947	-
Aumento de capital	760.000	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	1.044.052	1.395.210
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(660.292)	220.477
Saldo inicial de caixa e equivalentes	724.977	267.466
Saldo final de caixa e equivalentes	64.685	507.943
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(660.292)	240.477

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de Reais

	PRUDENCIAL	
	2016	2015
1.Receitas	488.578	444.152
1.1 Intermediação Financeira	746.927	924.872
1.2 Prestação de Serviços	32.413	40.176
1.3 Provisão p/devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)	(302.102)	(481.100)
1.4 Outras	11.340	(39.796)
2.Despesas de Intermediação Financeira	675.586	603.804
3.Insumos Adquiridos de Terceiros	42.087	118.680
3.1 Materiais, energia e outros	21.142	19.413
3.2 Serviços de terceiros	32.188	30.759
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	(11.243)	68.508
4.Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	(229.095)	(278.332)
5. Depreciação, amortização e exaustão	10.358	10.328
6.Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	(239.453)	(288.660)
7.Valor Adicionado Recebido em Transferência	318	277
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	3	8
7.2 Outras	315	269
8.Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	(239.135)	(288.383)
9. Distribuição do Valor Adicionado	(239.135)	(288.383)
9.1 Pessoal	95.849	90.748
9.1.1 Remuneração direta	76.595	73.696
9.1.2 Benefícios	11.930	11.186
9.1.3 F.G.T.S.	7.324	5.866
9.2 Impostos, taxas e contribuições	(8.282)	(125.977)
9.2.1 Federais	(16.321)	(135.784)
9.2.2 Estaduais	493	421
9.2.3 Municipais	7.546	9.386
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	13.589	14.834
9.3.1 Alugueis	13.589	14.834
9.4 Remuneração de capitais próprios	(340.291)	(267.988)
9.4.3 Lucros / prejuízos retidos	(340.291)	(267.988)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil, anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO, (“Companhia”) foi constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações através das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) (“Controlador”), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação do Banco Industrial e Comercial S/A - BICBANCO para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A - CCB Brasil, bem como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas do Banco. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, sendo que em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A partir da transferência do controle acionário, as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas em contexto operacional integrado com seu novo Controlador, o Grupo CCB, sediado na República Popular da China, e consistem em diretrizes que incluem a assimetria das políticas internas, das políticas contábeis e o alinhamento das práticas operacionais e de negócios. Para tanto, a administração, sob orientação do controlador, vem implementado um conjunto de medidas para adequar o Banco e suas subsidiárias às novas políticas de condução dos negócios vis-à-vis ao cenário econômico brasileiro. Essas ações, descritas abaixo, estão alinhadas às premissas de realização dos créditos tributários (nota explicativa nº 28) esperadas para os próximos dez anos - prazo máximo de realização determinado na Resolução CMN nº 3.059/02, as quais podem assim serem resumidas:

- (a) Equacionamento e melhoria dos custos de captação, com a obtenção de linhas de crédito, das quais, até o semestre findo em 30 de junho de 2016, foram captados junto ao controlador no exterior o montante de US\$ 1.5 bilhão, da linha de crédito aprovada em valor de US\$ 2 bilhões, com possibilidade de acesso a um crédito adicional de US\$ 1 bilhão;
- (b) Captação através da emissão de títulos no exterior, em 30 de setembro de 2015, no montante de US\$ 100 milhões e obtenção da aprovação do BACEN para cômputo como Dívida Subordinada integrando o Patrimônio de Referência nível II (Tier II); aumento do capital, no primeiro semestre de 2016, no montante de R\$ 760 milhões; programação para o primeiro semestre de 2017 da realização de operação de captação subordinada, elegível a composição do patrimônio de referência de nível I. Essas medidas visam suprir as necessidades de capital no curto e médio prazos, tais como determinadas pelo BACEN para alinhamento aos requerimentos de Basileia III;
- (c) Retomada gradual da concessão de crédito corporativo, com aumento das receitas decorrentes de operações de crédito a empresas de grande e médio portes;
- (d) Crescimento das receitas obtidas com a carteira de crédito consignado, com aumento da representatividade daquelas operações na carteira do conglomerado;
- (e) Aumento nas receitas de prestação de serviços, consistente com o novo perfil de negócios internacionais do Banco, por meio do incremento de operações em conjunto com demais subsidiárias do grupo Controlador, no âmbito dos negócios globais do Grupo CCB, e incluem concentração de esforços no desenvolvimento de produtos e serviços para atendimento aos clientes estratégicos;
- (f) Gradual e constante melhoria nos processos voltados a recuperações de créditos, por meio do aprimoramento das atividades de cobrança e estruturação de operações de securitização;
- (g) Redução dos custos administrativos e operacionais; e
- (h) Investimento no desenvolvimento de novos produtos com suporte tecnológico (internet banking e cash management).

Todas essas ações são parte do conjunto de medidas que visam o reposicionamento gradual do resultado da intermediação financeira com vistas a retomada de resultados operacionais positivos, a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários contabilizados e a retomada do cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização e repousam sobre a premissa básica da manutenção de adequada capitalização da instituição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A - CCB Brasil foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF.

Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil elabora suas demonstrações financeiras consolidadas societárias e estão disponíveis no seu site em Relações com Investidores (<http://www.br.ccb.com>).

b. Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º e 4º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do CMN, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A - CCB Brasil, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior, as empresas controladas direta ou indiretamente, os fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC's, proporcionalmente o Empreendimento Controlado em conjunto.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Artigo 1º da Resolução nº 4.280	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
BRASILFactors	50

Artigo 4º da Resolução nº 4.280	%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo	100

b.1 Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's

O Fundo de Investimento em Direitos Creditório Corporativo II foi liquidado em 04 de agosto de 2015.

Foi incluído nas demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo, cujas cotas subordinadas são detidas em sua totalidade pela BrasilFactors (Joint Venture).

Os FIDC's acima mencionados foram constituídos na forma da instrução CVM nº 393/03, com a característica de condomínio fechado, oriundo de operações de empréstimos e com prazos de duração indeterminados, tendo o CCB Brasil e a BrasilFactors subscrito a totalidade das cotas subordinadas, sendo que as cotas seniores foram subscritas por investidores qualificados.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II do CCB Brasil apresentava as seguintes posições patrimoniais em 30 de junho de 2015:

	Junho/15
Ativo	
Disponibilidades	12
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.378
Títulos públicos federais	9.018
Direitos creditórios	2.926
Outros Valores	1
Total do Ativo	22.335
Passivo	
Obrigações	78
Patrimônio Líquido	22.257
Cotas seniores	16.268
Cotas subordinadas	5.989
Total do Passivo	22.335

b.2 Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - BRASILFactors

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma *joint venture*, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation - IFC (20%). No primeiro trimestre de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50%, o controle permanece compartilhado.

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

b.3 Balanço das controladas diretas

	Junho/16					
	CCB Brasil DTVM	CCB Brasil Leasing (*)	CCB Brasil Financeira	CCB Brasil Cartões	Brasil Factors	Total
Ativo Total	19.686	273.993	1.780.936	36.163	31.782	2.142.560
Circulante e realizável a longo prazo	19.686	273.993	1.779.949	36.163	31.692	2.141.483
Disponibilidades	16	88	777	726	558	2.165
Aplicações interfinanceiras	19.612	171.320	17.350			208.282
Títulos e valores mobiliários			8.284	25.284	26.066	59.634
Operações de crédito			871.566		248	871.814
Operação de arrendamento mercantil		70.180				70.180
Outros créditos	58	27.059	851.640	10.153	4.683	893.593
Outros valores e bens		5.346	30.332		137	35.815
Ativo permanente			987		90	1.077
Passivo Total	19.686	273.993	1.780.936	36.163	31.782	2.142.560
Circulante e exigível a longo prazo	519	35.854	1.661.580	23.302	28.713	1.749.968
Depósitos			1.630.443			1.630.443
Recursos de aceites cambiais e debêntures			260			260
Obrigações por empréstimos e repasses					27.429	27.429
Instrumentos Financeiros					390	390
derivativos					390	390
Outras obrigações	519	35.854	30.877	23.302	894	91.446
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	18.168	228.477	130.776	11.093	4.425	392.939
Resultado do período	999	9.662	(11.420)	1.768	(1.356)	(347)

(*) As operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado (nota 2b). As demais controladas estão de acordo com suas demonstrações individuais.

	Junho/15					
	CCB Brasil DTVM	CCB Brasil Leasing (*)	CCB Brasil Financeira	CCB Brasil Cartões	Brasil Factors	Total
Ativo Total	19.013	436.655	1.104.663	35.531	31.339	1.627.201
Circulante e realizável a longo prazo	19.013	436.655	1.103.197	35.531	31.233	1.625.629
Disponibilidades	21	510	1.066	2.007	26	3.630
Aplicações interfinanceiras	-	148.260	14.700	-	-	162.960
Títulos e valores mobiliários	18.570	93.927	-	22.938	24.655	160.090
Operações de crédito	-	-	639.803	-	2.934	642.737
Operação de arrendamento mercantil	-	156.200	-	-	3.521	159.721
Outros créditos	422	32.988	415.968	10.586	97	460.061
Outros valores e bens	-	4.770	31.660	-	-	36.430
Ativo permanente	-	-	1.466	-	106	1.572
Passivo Total	19.013	436.655	1.104.663	35.531	31.339	1.627.201
Circulante e exigível a longo prazo	1.471	220.239	970.833	25.959	25.758	1.244.260
Depósitos	-	168.936	946.186	-	-	1.115.122
Recursos de aceites cambiais e debêntures	-	-	224	-	-	224
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	24.407	24.407
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	-	-	445	445
Outras obrigações	1.471	51.303	24.423	25.959	906	104.062
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	16.921	214.454	134.806	8.241	5.204	379.626
Resultado do período	621	1.962	(976)	1.331	377	3.315

(*) As operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado (nota 2b). As demais controladas estão de acordo com suas demonstrações individuais.

3 Principais práticas contábeis

a. Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo CCB Brasil e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

d. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e. Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3 Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4 Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de *ratings*, mantida fundamentação na Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes: a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na nota 9c - Composição da provisão por níveis de risco.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) não cancelamento;
- (b) opção de compra; e
- (c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber** - refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)** - registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

e.5 Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6 Outros valores e bens

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas associadas a captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência da portabilidade ou baixa para perdas.

e.7 Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. Permanente

- f.1** O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.

f.2 O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

f.3 O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF n.ºs. 140/84 e 113/88. Consequentemente, visando atender ao regime de competência, foi reconhecido no resultado do 1º semestre de 2016 uma insuficiência de depreciação no montante de R\$ 20.324 (Junho/2015 - R\$ 45.605) equivalente ao ajuste a efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 14.988 (Junho/15 - R\$ 76.611), resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 5.020 (Junho/2015 - R\$ 11.401). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução de 30% são:

	%
Aeronaves	10
Edificações	4
Veículos	20
Máquinas e equipamentos	10

- **Perdas em Arrendamento** - Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuados aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.
- **Superveniência (insuficiência) de depreciação** - Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN n.º 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

f.4 No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.

g. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em "Outros Créditos - Diversos".

h. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº. 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do BACEN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

j. Demonstrações de valor adicionado

O CCB Brasil elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico - CPC 09, as quais são apresentadas como informações adicionais às demonstrações financeiras.

4 Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Disponibilidades

	Junho/16	Junho/15
Caixa	1.558	1.713
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	57.655	226.597
Total	59.213	228.310

b. Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Junho/16	Junho/15
Até 30 dias	16	83.475
Total	16	83.475

c. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Junho/16	Junho/15
Até 30 dias	2.137	1.826
De 31 a 90 dias	3.605	30.696
De 91 a 360 dias	-	40.568
Acima de 360 dias	48.384	975
Total	<u>54.126</u>	<u>74.065</u>

d. Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Junho/16	Junho/15
Até 30 dias	5.456	191.747
Total	<u>5.456</u>	<u>191.747</u>

5 Títulos e valores mobiliários

a. Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos para negociação	2.170	155	-	3.525.307	3.527.633	3.528.243	3.527.478
Carteira própria	2.170	155	-	1.529.436	1.531.761	1.531.037	1.531.606
Letras Financeiras							
Tesouro	-	-	-	1.529.403	1.529.403	1.531.004	1.529.403
Notas do Tesouro Nacional - B		155			155	155	155
Notas do Tesouro Nacional - C	-	-	-	33	33	32	33
Ações	2.170	-	-	-	2.170	1	2.170
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	1.308.286	1.308.286	1.309.194	1.308.286
Letras Financeiras							
Tesouro	-	-	-	1.308.286	1.308.286	1.309.194	1.308.286
Vinculados a prestação de garantias (*)	-	-	-	687.586	687.586	688.012	687.586
Letras Financeiras							
Tesouro	-	-	-	687.586	687.586	688.012	687.586
Títulos disponíveis para venda	-	261.249	-	60.251	321.500	324.505	321.500
Carteira própria	-	261.249	-	34.580	295.829	298.326	295.829
Notas do Tesouro Nacional - B	-	261.249	-	34.580	295.829	298.326	295.829
Vinculados a compromissadas	-	-	-	17.387	17.387	17.890	17.387
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	-	17.387	17.387	17.890	17.387
Vinculados a prestação de garantias (*)	-	-	-	8.284	8.284	8.289	8.284
Letras Financeiras							
Tesouro	-	-	-	8.284	8.284	8.289	8.284
Títulos mantidos até o vencimento	-	89.233	-	50.813	140.046	140.046	199.874
Carteira própria	-	89.233	-	50.813	140.046	140.046	199.874
Notas do Tesouro Nacional - B	-	89.233	-		89.233	89.233	88.559
Cotas - FIDC	-	-	-	50.813	50.813	50.813	50.813
Total Junho/16	2.170	350.637	-	3.636.372	3.989.179	3.992.795	4.048.852
Total Junho/15	1.706	27.492	284	3.763.770	3.793.252	3.822.853	3.789.895

(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 695.870 (Junho/15 - R\$ 212.884) sendo que o montante de R\$ 547.155 (Junho/15 - R\$ 137.966) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b.6.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A. As ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC). As cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço.

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

c. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador

Título	Junho/16			
	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações	-	-	2.170	2.170
Fundos	-	-	50.813	50.813
L.F.T	3.533.559	-	-	3.533.559
N.T.N-B	-	402.604	-	402.604
N.T.N-C	-	-	33	33
Total	3.533.559	402.604	53.016	3.989.179

Título	Junho/15			
	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações	-	-	1.706	1.706
Fundos	-	-	48.471	48.471
L.F.T.	2.551.705	-	-	2.551.705
N.T.N.- B	-	1.191.341	-	1.191.341
N.T.N.- C	-	-	29	29
Total	2.551.705	1.191.341	50.206	3.793.252

6 Carteira de instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de crédito e arrendamento mercantil.

As operações de crédito tiveram seus valores de mercado calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor de mercado, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores de mercado calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na Bloomberg.

Os valores de mercado estimados em 30 de junho de 2016 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apreçamento: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que o CCB Brasil e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim apresentados:

	Junho/16	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	3.989.179	4.049.007
Derivativos	369.231	369.231
Operações de crédito e arrendamento mercantil	6.227.609	6.543.603
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	264.992	264.977
Depósitos a prazo	1.723.824	2.205.618
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	77.433	77.459
Derivativos	291.204	291.204
Dívidas subordinadas	1.322.845	1.595.940

	Junho/15	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	3.793.253	3.789.895
Derivativos	993.430	993.430
Operações de crédito e arrendamento mercantil	8.630.755	8.974.566
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	652.195	656.110
Depósitos a prazo	5.134.215	5.200.891
Derivativos	3.397	3.397
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.166.114	1.166.793
Dívidas subordinadas	1.240.935	1.393.304

b. Derivativos

b.1 Política de utilização

O China Construction Bank Corporation - CCB - atual controlador do CCB Brasil é um dos maiores bancos comerciais na China, e atua globalmente, possuindo também agência nos Estados Unidos, em Nova Iorque. Com a aprovação pelos reguladores americanos da regra “Volcker” que integra a lei *Dodd-Frank* sobre a reforma de *Wall Street*, o CCB Brasil e todas as suas controladas tiveram que adaptar suas carteiras. A regra é relativamente simples na sua concepção original. Os beneficiários da rede de proteção constituída pelo acesso ao emprestador de última instância ou ao seguro de depósitos, não poderiam mais realizar transações de compra e venda de papéis em carteira própria (*proprietary trading*), ou seja, abster-se das operações voltadas para a especulação com preços de papéis. Este tipo de operação foi identificado como o principal canal de comportamento especulativo que teria colocado as instituições bancárias em risco. Desta forma, as instituições mais voltadas para o crédito tradicional devem deixar de operar com posições próprias mais especulativas e arriscadas. A Regra de “Volcker” também impede que instituições bancárias, isto é, aquelas cobertas pela proteção do Estado, pudessem investir seu capital próprio, ou patrocinar, de alguma forma, fundos de hedge e fundos de *private equity*.

Neste cenário, foram suspensas as operações da carteira trading do CCB Brasil. Da mesma forma, existe a proibição de transacionar com fundos de hedge e de *private equity* e admite-se algumas exceções à sua aplicação, como certas atividades de *market making*, gestão de carteiras, *underwriting* e transações com títulos do governo, desde que sejam conduzidas “em prol dos clientes”.

Durante o semestre o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade o Banco utiliza operações com derivativos, objeto de hedge, proteção do fluxo de caixa e mitigação da variabilidade das exposições.

Assim, os derivativos negociados no período foram adquiridos para duas funções básicas:

- **Trading** - como instrumento de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.
- **Hedge** - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compunham a carteira de negociação ou *Trading Book* tiveram seus riscos mensurados, limites e estratégias próprias e englobam todas as operações destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* vigentes até 30 de junho de 2016, foram bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não havia posicionamento direcional que viesse a ser admitido além dos definidos pela Política.

As operações com clientes compõem a carteira banking e são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. Todavia, havia a possibilidade de ocorrer descasamentos nos casos em que a Tesouraria julgasse melhor administrar sua posição *Trading*, dentro do seu limite de VaR, o que não poderá mais ocorrer pela regra “*Volcker*” assumida. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

b.2 Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

b.3 Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado, decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b.4 Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2016 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR, Rentabilidade e Risco de Liquidez.

b.5 Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

b.6 Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2016), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 30 de junho de 2016 apresentam as seguintes características:

	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	6.556	296.857	(1.439.177)	(4.852)	(339.244)	(1.783.273)
Moeda Estrangeira	369.832	-	1.439.177	4.852	339.244	1.783.273
Subtotal	376.388	296.857	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(15.698)	(5.899)	-	-	-	-
Total	360.690	290.958	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	-	246	-	4.526	-	4.526
Venda de Termo/NDF	8.541	-	-	(29.928)	-	(29.928)
Subtotal	8.541	246	-	-	-	-
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	-	144.414	144.414
Subtotal	-	-	-	-	-	-
Total	369.231	291.204	-	-	-	-
Contratos Futuros:						
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(180.094)	(4.089.341)	(804.423)	(5.073.858)
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	8.020	2.330.269	-	2.338.289
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	225	-	-	225
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(377.363)	-	-	(377.363)

As operações em aberto em 30 de junho de 2015 apresentam as seguintes características:

	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	1.283	-	4.978	(1.121.890)	(428.969)	(1.545.881)
Moeda Estrangeira	947.454	456	1.230	1.122.272	429.338	1.552.840
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	4.648	-	7.234	-	-	7.234
Pré	-	621	(13.442)	(382)	(369)	(14.193)
Subtotal	953.385	1.077	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	31.937	(99)	-	-	-	-
Total	985.322	978	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	5.707	853	48.648	59.270	-	107.918
Venda de Termo/NDF	2.401	1.187	(92.641)	(79.562)	-	(172.203)
Subtotal	8.108	2.040	-	-	-	-
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	-	139.585	139.585
Venda de Opções Flexíveis	-	379	(14.332)	-	-	(14.332)
Subtotal	-	379	-	-	-	-
Total	993.430	3.397	-	-	-	-
Contratos Futuros:						
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(223.886)	(211.684)	(3.774.106)	(4.209.676)
Compra IND	-	-	1.614	-	-	1.614
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	30.814	103.446	-	134.260
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	(49.616)	(16.791)	-	(66.407)
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	59.011	-	-	59.011
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(224.576)	-	-	(224.576)

As operações de “swap” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	Junho/16		Junho/15	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
L.F.T	01/03/2019	85.759	85.759	-	-
L.F.T	01/03/2020	2.196	2.196	-	-
L.F.T	01/09/2020	453.842	453.842	-	-
L.F.T	01/09/2021	5.358	5.358	-	-
N.T.N-B	15/08/2016	-	-	137.966	137.966
Total		547.155	547.155	137.966	137.966

b.7 Sensibilidade - Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos

A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- (i) Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;
- (iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do CCB Brasil e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Resumo das premissas para cada um dos cenários

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 *basis points* significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

Cenário 01: Situação provável, que reflete a percepção do CCB Brasil em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP).

Cenário 02: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 03: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Curva de Juros (Pré)

Cenário 01	deslocamento paralelo de (-) 1.000 basis points
Cenário 02	deslocamento paralelo de (-) 2.500 basis points
Cenário 03	deslocamento paralelo de (-) 5.000 basis points

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento dos índices de inflação e a Bolsa Brasileira cai.

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre elevação, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking - Premissas para fatores de Risco

	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Bolsa BM&F BOVESPA	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	deslocamento paralelo de (-) 1.000 basis points	baixa de 10%	queda de 10%	alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	deslocamento paralelo de (-) 2.500 basis points	baixa de 25%	queda de 25%	alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	deslocamento paralelo de (-) 5.000 basis points	baixa de 50%	queda de 50%	alta de 50%

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras *Trading e Banking*, em 30 de junho de 2016:

Carteira Trading - Resultados para os Fatores de Risco

Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
Taxa de Juros	(174)	(440)	(894)
Total	(174)	(440)	(894)

Carteira Banking - Resultados para os Fatores de Risco

Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
Cupom de US\$	(46.671)	(120.033)	(252.847)
Taxa de Juros	(60.556)	(140.768)	(245.820)
Ações e Índices	(218)	(547)	(1.094)
Inflação	(1.105)	(2.718)	(5.292)
Total	(108.550)	(264.066)	(505.053)

São fatores de riscos:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em Reais - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.
- Ações e Índices - Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 99%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. As correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitadas, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como, por exemplo, um aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (*held to maturity*), isso poderá induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

b.8 Hedge contábil

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de Derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como *hedge* contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002.

Em 30 de junho de 2016 a estrutura de *hedge* contábil está representada da seguinte forma:

	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	3.542.560	11.706	3.556.882	10.779

- (*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 30 de junho de 2015 a estrutura de *hedge* contábil está representada da seguinte forma:

	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	621.621	660	621.316	544

- (*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

7 Relações interfinanceiras - depósitos no BACEN

	Junho/16	Junho/15
Compulsório sobre depósito à vista	12.391	51.789
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	4.878	5.594
Direcionamento de micro finanças	3.243	4.543
Total	20.512	61.926

- (*) O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 29g.

8 Operações de crédito

a. Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Junho/16	Junho/15
Capital de giro e descontos	1.704.478	3.576.106
Contas garantidas	11.025	108.058
Crédito pessoal consignado	1.343.560	783.162
Financiamentos à importação	1.449.795	1.039.116
Financiamentos à exportação	207.768	505.832
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.798	92.272
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.100	2.236
Financiamento de máquinas e veículos pesados	16.787	54.058
Resolução nº 3.844/10 - repasses	9.796	9.482
Crédito a pessoas físicas	283.358	376.722
Outros	312.634	378.509
Operações de crédito	5.365.099	6.925.553
Fiança honrada	26.954	28.828
Devedores por compra de valores e bens	92.256	134.003
Títulos e créditos a receber	72.567	226.504
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	594.213	1.127.630
Outros créditos	785.990	1.516.965
Operações de arrendamento mercantil	76.519	188.238
Total	6.227.609	8.630.756

(*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Outras Obrigações - Carteira de câmbio”, acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Outros Créditos - Carteira de câmbio”. Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como “Outros créditos”.

b. Diversificação por setor de atividade

	Junho/16	Junho/15
Setor Público	42.028	148.483
Federal	8.737	108.544
Estadual	32.409	38.011
Municipal	882	1.928
Setor Privado	4.403.981	7.285.742
Agronegócio	293.636	380.678
Indústria	2.209.747	3.816.369
- Construção civil - empreiteiras	330.480	558.745
- Usina de açúcar e álcool	280.561	504.341
- Incorporadoras	124.074	449.835
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	126.936	153.348
- Abate de animais e indústrias de carne	125.079	105.679
- Indústria química e petroquímica	123.394	149.439
- Produção metalúrgica e mecânica	97.239	151.016
- Produção de eletroeletrônicos	15.392	87.582
- Produção de papel e celulose	84.383	222.429
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	78.921	126.317
- Indústria de bebidas em geral	59.509	134.541
- Indústria de materiais para construção	14.102	95.566
- Produção de canos e artefatos de ferro	80.046	111.226
- Produção de veículos, carrocerias e outros	76.465	109.455
- Produção de embalagens plásticas	36.367	53.736
- Produção de fios e tecidos	18.164	60.057
- Produção de calçados e artigos de couro	65.024	83.037
- Indústria de fumo	91.624	82.906
- Extração vegetal e mineral	242.721	414.549
- Serviços de artes gráficas	6.518	10.894
- Indústria de confecções	57.976	57.759
- Produção de móveis	1.976	10.500
- Outros	72.796	83.412
Comércio	565.717	1.226.153
- Supermercados e atacadistas	233.173	337.761
- Concessionárias e comércio de veículos	41.917	136.011
- Comércio de outros produtos químicos	68.559	43.860
- Comércio de produtos agropecuários	791	49.929
- Comércio de medicamentos	11.448	42.524
- Comércio de eletroeletrônicos	6.658	113.675
- Comércio de roupas e tecidos	19.967	102.323
- Comércio de máquinas e equipamentos	9.804	80.599
- Empresas - <i>trading companies</i>	19.347	67.313
- Comércio de derivados de petróleo	28.652	48.176
- Comércio de móveis e artigos para decoração	7.232	62.357
- Comércio de produtos metalúrgicos	14.594	7.853
- Comércio de materiais para construção	24.072	47.773
- Comércio de livros, revistas e jornais	537	1.372
- Importação e exportação de produtos alimentícios	619	13.250
- Comércio de calçados e artigos de couro	-	4
- Comércio de armarinhos em geral	9.763	226
- Outros	68.584	71.147

Intermediários financeiros	11.680	42.115
Outros serviços	1.378.030	1.820.427
- Serviços médicos e odontológicos	58.843	131.074
- Serviços técnicos e profissionais	71.233	249.762
- Transportes de passageiros e cargas	167.063	317.775
- Empresas - <i>holdings</i> em geral	484.107	271.227
- Serviços de utilidade pública	30.481	91.177
- Serviços de locação em geral	101.983	166.388
- Distribuição de energia	132.651	67.422
- Ensino de 1º, 2º grau e superior	7.068	21.756
- Serviços de comunicação e diversão	12.567	21.201
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	32.915	81.984
- Associações desportivas	6.934	14.920
- Associações e sindicatos	19.597	5.129
- Serviços de armazenagem	16.639	24.490
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	13.413	21.752
- Serviços de hospedagem	2.284	1.860
- Cooperativas de produção	8.645	5.789
- Serviços metalúrgicos	14.287	17.840
- Serviços de telefonia	4	5.383
- Administração de cartões	12.631	21.519
- Serviço de processamento de dados	275	-
- Outros	184.410	281.979
Pessoas físicas (*)	1.726.771	1.196.531
Total	6.227.609	8.630.756

(*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 8h1) tiveram como destino a CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do CCB Brasil, que concentra as operações às pessoas físicas.

c. Diversificação por prazos - por parcela

	Junho/16	%	Junho/15	%
Setor Público				
Até 03 meses	13.539	0,22	38.837	0,45
De 03 meses até 01 ano	13.412	0,22	83.938	0,97
Acima de 01 ano	15.077	0,24	25.708	0,30
Setor Privado				
Até 03 meses	1.003.722	16,12	2.270.701	26,31
De 03 meses até 01 ano	2.062.033	33,11	3.177.023	36,81
Acima de 01 ano	2.847.412	45,72	2.431.870	28,18
Vencidos a partir de 15 dias	272.414	4,37	602.679	6,98
Total	6.227.609	100,00	8.630.756	100,00

d. Diversificação por indexador

Tipo de Operação	Junho/16					Total
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	
Operações de Crédito	1.907.904	1.975.288	19.906	2.053.804	2.411	5.959.313
Arrendamento Mercantil	13.624	62.895	-	-	-	76.519
Outros	143.175	31.522	-	-	17.080	191.777
Total	2.064.703	2.069.705	19.906	2.053.804	19.491	6.227.609

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Junho/15
						Total
Operações de Crédito	1.676.977	4.176.328	23.650	2.176.228	-	8.053.183
Arrendamento Mercantil	19.919	168.319	-	-	-	188.238
Outros	289.799	79.540	-	-	19.996	389.335
Total	1.986.695	4.424.187	23.650	2.176.228	19.996	8.630.756

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

e. Distribuição geográfica

	Junho/16		Junho/15	
	R\$	%	R\$	%
Região norte	7.935	0,13	30.602	0,35
Região nordeste	641.066	10,29	1.343.773	15,57
Região sudeste	3.224.244	51,78	4.187.660	48,52
Região centro-oeste	377.900	6,07	836.025	9,69
Região sul	576.929	9,26	1.429.285	16,56
Exterior	1.399.535	22,47	803.411	9,31
Total	6.227.609	100,00	8.630.756	100,00

f. Níveis de concentração de risco

	Junho/16		Junho/15	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor individual	386.207	6,26	225.637	2,61
10 Maiores devedores	1.252.842	20,30	1.218.473	14,12
20 Maiores devedores	1.726.344	27,97	1.764.578	20,45
50 Maiores devedores	2.577.714	41,76	2.906.452	33,68
100 Maiores devedores	3.225.506	52,25	3.964.062	45,93
Maior devedor grupo econômico	386.207	6,26	225.637	2,61

g. Distribuição dos prazos por carteira - por parcela

g.1 Vencimentos carteira comercial

	Junho/16		Junho/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	552.957	20,01	1.371.676	26,51
De 03 meses a 01 ano	826.854	32,06	1.676.359	32,39
Acima de 01 ano	1.016.834	39,45	1.646.592	31,82
Vencidos a partir de 15 dias	235.629	8,48	480.388	9,28
Total	2.632.274	100,00	5.175.015	100,00

g.2 Vencimentos trade finance

	Junho/16		Junho/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	336.282	14,93	855.393	32,01
De 03 meses a 01 ano	911.194	40,47	1.369.203	51,23
Acima de 01 ano	976.306	43,36	335.323	12,54
Vencidos a partir de 15 dias	27.994	1,24	112.659	4,22
Total	2.251.776	100,00	2.672.578	100,00

g.3 Vencimentos crédito pessoal consignado

	Junho/16		Junho/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	128.022	9,53	82.469	10,53
De 03 meses a 01 ano	337.397	25,11	215.399	27,50
Acima de 01 ano	869.349	64,71	475.663	60,74
Vencidos a partir de 15 dias	8.791	0,65	9.632	1,23
Total	1.343.559	100,00	783.163	100,00

h. Cessão de crédito

h.1 Cessão de crédito interbancário

No semestre findo em 30 de junho de 2016 o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” pelo valor presente de R\$ 419.599 (Junho/15 - R\$ 20.022), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 449.036 (Junho/15 - R\$ 23.524). O resultado no montante de R\$ 29.437 (Junho/15 - R\$ 3.503), será reconhecido na cedente “*pro rata temporis*” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

h.2 Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios

No semestre findo em 30 de junho de 2016 não houve operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II, pois o mesmo já havia sido encerrado. No semestre findo em 30 de junho de 2015 foi cedido o montante de R\$ 14.081. Consequentemente, não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº. 3.533/08 do BACEN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de riscos e benefícios”. As operações de crédito cedidas estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

No semestre findo em 30 de junho de 2016 não houve operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro”. No semestre findo em 30 de junho de 2015 houve operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para o Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II no montante de R\$ 14.081.

h.3 Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No semestre findo em 30 de junho de 2016, não houve cessão de operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional, e, em Junho/15 foi cedido o montante de R\$ 2.398, gerando resultado negativo de R\$ 1.247.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, não houve cessão de operações de créditos anteriormente baixadas para prejuízo (Junho/15 - R\$ 1.400).

i. Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	Junho/16	Junho/15
Arrendamento a receber	63.889	171.869
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(62.831)	(168.271)
Bens arrendados	305.471	459.282
Superveniência de depreciação	14.988	76.611
Depreciação de bens arrendados	(184.628)	(247.795)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	6.711	5.718
Valor residual antecipado	(67.081)	(109.176)
Total carteira de arrendamento mercantil	76.519	188.238

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Movimentação da provisão

	Junho/16	Junho/15
Saldo inicial	889.095	1.184.920
Constituição	323.639	512.165
Reversão	(21.537)	(31.065)
Subtotal	1.191.197	1.666.020
Baixas	(610.589)	(580.735)
Saldo final	580.608	1.085.285
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	71.114	59.181
Créditos renegociados no período	70.164	141.479
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	9,32	10,30

b. Composição da provisão por tipo de operação

	Junho/16	Junho/15
Capital de giro e descontos	207.159	513.955
Contas garantidas	2.292	20.017
Crédito pessoal consignado	22.695	22.422
Comprar	15	9
Cheque empresarial	110	2.388
Financiamentos à importação	75.458	78.072
Financiamentos à exportação	39.301	115.111
Financiamentos rurais e agroindustriais	147	836
Financiamentos imobiliários e habitacionais	12	6
Financiamento de máquinas e veículos pesados	2.553	12.327
Crédito a pessoas físicas	26.462	17.414
Cessões de crédito (Resolução nº 3.533/08)	-	-
Outros	91.750	134.003
Operações de crédito	467.954	916.560
Fiança honrada	19.354	15.013
Devedores por compra de valores e bens	4.391	18.590
Títulos e créditos a receber	55.610	88.759
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.960	14.324
Outros créditos	106.315	136.686
Operações de arrendamento mercantil	6.339	32.039
Total	580.608	1.085.285

c. Composição da provisão por níveis de risco

Nível de risco	Junho/16			Junho/15		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	1.242.495	-	19,94	2.591.274	-	30,02
A	2.320.243	11.667	37,26	2.317.463	11.587	26,85
B	609.542	6.095	9,79	725.348	7.253	8,40
C	790.777	23.723	12,70	949.846	28.495	11,01
D	374.656	37.466	6,02	676.505	67.650	7,84
E	373.110	111.933	5,99	339.232	101.771	3,93
F	185.874	92.937	2,98	244.294	122.147	2,83
G	113.751	79.626	1,83	134.709	94.297	1,56
H	217.161	217.161	3,49	652.085	652.085	7,56
Total	6.227.609	580.608	100,00	8.630.756	1.085.285	100,00

10 Carteira de câmbio

	Junho/16	Junho/15
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	531.113	1.257.453
Direitos sobre vendas de câmbio	9.004	16.097
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	-	(833)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	10.302	23.185
Total	550.419	1.295.902
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	7.611	21.360
Obrigações por compras de câmbio	592.915	1.119.716
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(583.911)	(1.104.445)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	-	5
Total	16.615	36.636

11 Outros créditos - Diversos

	Junho/16	Junho/15
Adiantamentos e antecipações salariais	5.001	5.214
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.355	2.863
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao BACEN	3.042	6.542
Devedores por compra de bens a prazo	92.256	134.003
Devedores por depósitos em garantia	394.858	241.686
Tributos a compensar e recuperar (*)	69.020	65.655
Pagamentos a ressarcir	16.455	5.799
Títulos e créditos a receber (**)	128.831	235.136
Devedores diversos - país	93.282	12.194
Total	805.100	709.092

(*) Contempla: R\$ 38.222 (Junho/15 - R\$ 55.061) de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ 232 (Junho/15 - R\$ 406) de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no estudo técnico.

(**) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

12 Outros valores e bens

a. Bens não de uso

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Junho/16	Junho/15
Imóveis	303.141	290.674
Veículos e afins	16.755	11.981
Máquinas e equipamentos	26.574	26.131
Material em estoque	60	365
Outros	555	-
Subtotal	347.085	329.151
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(78.131)	(74.994)
Total	268.954	254.157

b. Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de carteira de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de portabilidade ou baixa para perda.

Os valores apropriados na demonstração do resultado do período na rubrica de “Outras despesas operacionais - Comissões de crédito consignado” (nota 29h) foram de R\$ 56.384 (Junho/15 - R\$ 33.527).

13 Ativo Permanente

a. Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na Nota Explicativa 15.

b. Imobilizado de uso

	Taxas Depreciação %	Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido	
		Jun/16	Jun/15	Jun/16	Jun/15	Jun/16	Jun/15	Jun/16	Jun/15
Terrenos	-	3.913	3.913	-	-	-	-	3.913	3.913
Edificações	4	164.775	158.545	-	(10)	(71.318)	(60.971)	93.457	97.564
Instalações	10	1.924	1.922	-	-	(1.563)	(1.440)	361	482
Máquinas e equipamentos de uso	10	17.066	17.518	(984)	(615)	(9.201)	(8.063)	6.881	8.840
Sistema de processamento de dados	20	12.685	12.722	(82)	(42)	(12.086)	(11.746)	517	934
Sistema de transporte	20	1.256	1.255	-	-	(707)	(475)	549	780
Sistema de comunicação	10	2.221	2.199	-	-	(1.012)	(809)	1.209	1.390
Sistema de segurança	10	1.478	1.515	(51)	(19)	(731)	(617)	696	879
Outras imobilizações em curso	-	-	4.399	-	-	-	-	-	4.399
Total		205.318	203.988	(1.117)	(686)	(96.618)	(84.121)	107.583	119.181

c. Ativos intangíveis

c.1 Classe dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Taxas de amortização %	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		Junho/16	Junho/15	Junho/16	Junho/15	Junho/16	Junho/15
Softwares (*)	20	12.909	9.085	(9.588)	(6.901)	3.321	2.184
Ágio (**)	10	105.190	105.190	(34.180)	(48.651)	71.010	56.539
Total		118.099	114.275	(43.768)	(55.552)	74.331	58.723

c.2 Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/15	Adições	Baixas	Junho/16
Softwares (*)	2.645	2.185	(1.509)	3.321
Ágio (**)	59.590	11.420	-	71.010
Total	62.235	13.605	(1.509)	74.331

(*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(**) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

	Dezembro/14	Adições	Baixas	Junho/15
Softwares (*)	2.915	944	(1.675)	2.184
Ágio (**)	55.563	-	976	56.539
Total	58.478	944	(699)	58.723

(*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(**) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

14 Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 236.089 (Junho/15 - R\$ 235.824) e ativos totais de R\$ 1.881.467 (Junho/15 - R\$ 1.690.192). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

15 Participações em controladas e coligadas no país - CCB Brasil Múltiplo

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	%participação	Patrimônio líquido	Lucro/(prejuízo) líquido	Equivalência patrimonial	Junho/16	Junho/15
						Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A CCB Brasil Informática S/A CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda	180.920.168	100	238.139	9.662	9.662	238.139	216.416
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	14.223.228	100	19.167	999	999	19.167	17.542
BrasilFactors	50.000	100	674	28	28	674	617
	3.670.000	100	12.861	1.768	1.768	12.861	9.572
	116.405.774	100	119.356	(11.420)	(11.420)	190.366	190.369
	62.931	50	6.138	(2.712)	(1.033)	3.391	5.581
Total				1.675	4	464.598	440.097

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 71.010 (Junho/15 - R\$ 56.539), apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira.

16 Transações com partes relacionadas

a. Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	Junho/16	Junho/15	Junho/16	Junho/15
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.650.055	1.115.121	90.603	65.876
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	19.612	-	992	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	-	168.935	-	9.964
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1.630.443	946.186	89.611	55.912
Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC	76.749	66.077	8.022	5.457
BRASILFactors (a)	76.749	66.077	8.022	5.457
Operações de Cessão de Crédito	419.599	34.103	71.336	43.527
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	419.599	20.022	71.336	43.527
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's (nota 8.h2.)	-	14.081	-	-
Depósitos à vista	(2.281)	(3.796)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	(16)	(21)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(88)	(510)	-	-
CCB Brasil Informática S/A (a)	(1)	(1)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(1.244)	(2.133)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(688)	(643)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(244)	(488)	-	-
Depósitos a prazo	(137.842)	(169.502)	(7.704)	(8.975)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	-	(18.310)	(65)	(1.162)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	-	(93.827)	(87)	(5.252)
CCB Brasil Informática S/A (a)	(693)	(626)	(48)	(37)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(23.318)	(22.317)	(2.043)	(1.298)
BRASILFactors (a)	(3.929)	(16.731)	(569)	(1.035)
FIDC BRASILFactors (b)	(61.902)	-	(1.467)	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(47.900)	(17.691)	(3.418)	(191)
Pessoal-chave da Administração (c)	(100)	-	(7)	-
Operações compromissadas	(188.670)	(162.960)	(10.742)	(8.425)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(171.320)	(148.260)	(9.910)	(7.435)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(17.350)	(14.700)	(832)	(990)
LCA	(1.383)	(1.644)	(101)	(33)
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.383)	(1.644)	(101)	(33)
LCI	(2.495)	(2.224)	(150)	(168)
Pessoal-chave da Administração (c)	(2.495)	(2.224)	(150)	(168)
Swap	-	-	-	4.178
BRASILFactors (a)	-	-	-	4.178
NDF	(390)	445	6.251	446
BRASILFactors (a)	(390)	445	6.251	446
Obrigações por Empréstimos	(4.595.729)	(1.556.354)	(134.419)	(32.217)
China Construction Bank Corporation (d)	(4.595.729)	(1.556.354)	(134.419)	(32.217)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(326.761)	-	(5.373)	-
China Construction Bank Corporation (d)	(326.761)	-	(5.373)	-
Prestação de serviços	1	20	6	64
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	1	20	6	64

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta

- (b) Controladas e Coligadas - indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controladora indireta sediada no exterior (nota 1)
- (e) Controladora Direta

a.1 *Dos vencimentos e taxas das operações*

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Junho/15 - 104%) e as pré-fixadas às taxas médias de 14,83% a.a. (Junho/15 - 10,68% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 14,15% a.a. (Junho/15 - 13,65% a.a.) e possuem vencimento em 01 de julho de 2016, com lastro superior a 02 anos (Junho/15 - superior a 03 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 97% do CDI (Junho/15 - 97%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Junho/15 - até 03 anos).

As operações de LCI foram realizadas com taxas de 95,93% do CDI (Junho/15 - 96%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Junho/15 - em até 03 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 102% do CDI (Junho/15 - 105% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 05 anos (Junho/15 - em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,45% a.a. (Junho/15 - 0,99% a.a.) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (Junho/15 - em até 01 ano). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração - CCB Brasil Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em espécie; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição.

Durante os exercícios de 2014, 2015 e o primeiro semestre de 2016, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de resultados contábeis negativos.

b.1 Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	Junho/16	Junho/15
Remuneração fixa	7.308	6.167
Outros	564	359
Total	7.872	6.526

b.2 Benefícios pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3 Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

b.4 Outras informações

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

17 Depósitos

a. Composição por tipo de cliente

Junho/16						
Cliente	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas	82.212	1.309.719	-	1.924	1.515	1.395.370
Pessoas físicas	17.288	155.995	-	10.677	-	183.960
Instituições financeiras	372	11.469	264.992	-	-	276.833
Investidores institucionais	-	246.642	-	-	-	246.642
Total	99.872	1.723.825	264.992	12.601	1.515	2.102.805

(*) Do montante de R\$ 1.723.824 de depósito a prazo, R\$ 275.290 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

Junho/15

Cliente	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas	148.104	2.995.918	-	2.700	1.126	3.147.848
Pessoas físicas	18.943	192.428	-	10.905	-	222.276
Investidores institucionais	-	1.920.317	-	-	-	1.920.317
Instituições financeiras	3.573	26.177	652.195	-	-	681.945
Total	170.620	5.134.840	652.195	13.605	1.126	5.972.386

(*) Do montante de R\$ 5.134.840 de depósito a prazo, R\$ 2.473.640 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

b. Distribuição por prazos de vencimento

Junho/16

Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	99.872	-	-	12.601	-	112.473
Até 03 meses	-	321.295	3.835	-	1.515	326.645
De 03 meses a 01 ano	-	777.457	72.495	-	-	849.952
De 01 a 03 anos	-	589.275	315	-	-	589.590
De 03 a 05 anos	-	35.798	188.347	-	-	224.145
Total	99.872	1.723.825	264.992	12.601	1.515	2.102.805

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 301.442, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

Junho/15

Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	170.620	-	-	13.605	-	184.225
Até 03 meses	-	1.621.785	98.381	-	1.126	1.721.292
De 03 meses a 01 ano	-	2.454.643	129.325	-	-	2.583.968
De 01 a 03 anos	-	1.058.249	40.410	-	-	1.098.659
De 03 a 05 anos	-	163	244.681	-	-	244.844
De 05 a 15 anos	-	-	139.398	-	-	139.398
Total	170.620	5.134.840	652.195	13.605	1.126	5.972.386

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 408.623, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

c. Número de depositantes/investidores

Depositantes/investidores	Junho/16	Junho/15
Depósitos à vista (contas ativas)	3.494	4.794
Depósitos de poupança	702	817
Depósitos a prazo	701	1.362
Depósitos em moedas estrangeiras	1	1

d. Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

Depositantes	Junho/16		Junho/15	
	R\$	%	R\$	%
Maior depositante	87.934	5,10	211.090	4,11
10 Maiores depositantes	526.253	30,53	912.579	17,77
20 Maiores depositantes	717.691	41,63	1.302.621	25,37
50 Maiores depositantes	1.099.737	63,80	1.932.614	37,64
100 Maiores depositantes	1.450.514	80,54	2.762.450	53,80

18 Captações no mercado aberto e recursos de letras emitidas

a. Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de agosto de 2016 e lastreados por LFT com vencimento em setembro de 2020.

b. Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

b.1 Composição por tipo de cliente

Cliente	Junho/16			Junho/15		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Pessoas jurídicas	-	-	29.606	-	-	26.408
Pessoas físicas	147.623	201.106	-	231.109	258.652	-
Investidores institucionais	-	-	1.147	-	23.570	-
Instituições financeiras	7.877	24.511	61.047	51.032	-	93.151
Total	155.500	225.617	91.800	282.141	282.222	119.559

b.2 Distribuição por prazos de vencimento

Cliente	Junho/16			Junho/15		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	33.203	87.988	-	99.463	115.095	42.752
De 03 meses a 01 ano	55.468	104.053	67.170	118.863	137.951	17.957
De 01 a 03 anos	66.829	33.576	24.630	63.815	29.176	58.850
Total	155.500	225.617	91.800	282.141	282.222	119.559

19 Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,41% a.a. (Junho/15 - 5,08% a.a.), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Junho/16		Junho/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	22.367	28,89	11.087	0,95
De 03 meses a 01 ano	-	-	1.095.024	93,95
De 01 a 03 anos	55.066	71,11	59.387	5,10
Total	77.433	100,00	1.165.498	100,00

20 Empréstimos e Repasses do exterior

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pela controladora no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,60% a.a. (Junho/15 - 1,45% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Junho/16		Junho/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	1.959.012	39,77	625.873	19,20
De 03 meses a 01 ano	2.911.577	58,55	2.489.568	76,37
De 01 a 03 anos	36.677	0,74	82.016	2,52
De 03 a 05 anos	36.678	0,75	35.450	1,09
Acima de 05 anos	9.167	0,19	26.588	0,82
Total	4.953.111	100,00	3.259.495	100,00

21 Obrigações por repasses do país

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até maio de 2017 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

22 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	Junho/16	Junho/15
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	144	85
Provisão para Impostos e contribuições sobre lucro	14.846	15.925
Impostos e contribuições a recolher	11.125	10.792
Provisão para imposto de renda diferido	46.905	34.584
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	700.548	644.898
Total	773.568	706.284

(*) Referem-se a “obrigações legais e passivos contingentes” (nota 23).

23 Contingências e obrigações legais

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b. Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c. Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

- c.1) CSLL x Isonomia** - valor envolvido R\$ 134.917 (Junho/15 - R\$ 123.626) : pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- c.2) COFINS x Lei nº 9.718/98** - valor envolvido R\$ 456.874 (Junho/15 - R\$ 419.107): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 23.040 (Junho/15 - R\$ 20.523).
- c.3) PIS x Lei nº 9.718/98** - valor envolvido R\$ 74.191 (Junho/15 - R\$ 68.058): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 75.480 (Junho/15 - R\$ 3.335).
- c.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96** - valor envolvido R\$ 15.734 (Junho/15 - R\$ 14.283): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

d. Passivos contingentes classificados como perda possível

d.1 Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

- **IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** - valor envolvido R\$ 12.141 (Junho/15 - R\$ 11.901): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87** - valor envolvido R\$ 18.437 (Junho/15 - R\$ 17.001): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **PDD / 1994** - valor envolvido R\$ 22.274 (Junho/15 - R\$ 20.417): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **INSS - Participação nos Lucros dos Administradores** - valor envolvido R\$ 71.848 (Junho/15 - R\$ 66.676): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da Lei nº 8.212/91.

d.2 Processos trabalhistas

O CCB Brasil possui 130 (Junho/15 - 95) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 35.233 (Junho/15 - R\$ 21.353). Existem 117 (Junho/15 - 121) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 7.849 (Junho/15 - R\$ 15.314), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 5.851 (Junho/15 - R\$ 8.209). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

d.3 Processos cíveis

O CCB Brasil possui 2.901 (Junho/15 - 2.756) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 62.684 (Junho/15 - R\$ 80.433). O CCB Brasil possui 547 (Junho/15 - 606) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 759.117 (Junho/15 - R\$ 984.203), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 357.793 (Junho/15 - R\$ 446.102). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

e. Movimentação das provisões para “obrigações legais” e “passivos contingentes”, classificados como perda provável

Descrição	Dezembro/15	Adição	Reversão	Utilização	Junho/16
Cíveis	86.863	6.745	(29.174)	(1.750)	62.684
Trabalhistas	29.060	6.953	(134)	(646)	35.233
Subtotal	115.923	13.698	(29.308)	(2.396)	97.917
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/15	Adição	Reversão	Atualização	Junho/16
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	129.310	-	-	5.606	134.916
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.108	-	-	199	12.307
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	71.838	-	(107)	3.076	74.807
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	458.471	-	(853)	19.048	476.666
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.549	-	-	65	1.614
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	79	238
Subtotal	673.435	-	(960)	28.073	700.548
Total	789.358	13.698	(30.268)	25.675	798.463

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 68.251 (Junho/15 - R\$ 8.742) - processos Cíveis, R\$ 20.125 (Junho/15 - R\$ 17.555) - processos Trabalhistas e R\$ 306.364 (Junho/15 - R\$ 215.317) - processos Fiscais.

24 Outras obrigações - diversas

	Junho/16	Junho/15
Cheques administrativos	654	1
Credores por antecipação de valores residuais	67.081	109.176
Provisão para pagamentos a efetuar	36.350	34.793
Provisão para passivos contingentes (a)	97.917	101.786
Credores diversos - país (b)	119.008	51.121
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	22.094	24.976
Total	343.104	321.853

(a) Refere-se à provisão para processos trabalhistas e cíveis (nota 23e).

(b) Acrescido o saldo de provisão para fiança no montante de R\$ 104.966 (Junho/15 - 59.090), conforme nota 32.

25 Captações e empréstimos no exterior

a. Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/16	Junho/15
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	390.948	342.618
Eurobonds LOAN Subordinado (*)	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	827.618	797.524
	US\$ 32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	104.279	100.793
Total - Nível II PR						<u>1.322.845</u>	<u>1.240.935</u>

(*) vide comentário nota 20.

b. Instrumento de dívida elegível a capital

Em 30 de novembro de 2015 foi aprovada pelo BACEN a captação da Dívida Subordinada no montante de R\$ 397.299 (US\$ 100 milhões) como elegível ao Nível II do PR a partir de 30 de setembro de 2015.

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/16	Junho/15
EMTN - ITB	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,2%	326.761	-
Total - Nível II PR						<u>326.761</u>	<u>-</u>

26 Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

27 Patrimônio Líquido

a. Ações

O capital social do Banco é de R\$ 1.554.860 e está dividido em 337.014.373 ações nominativas, sendo 213.488.507 ordinárias e 123.525.866 preferenciais, sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução do capital social para R\$ 794.860 mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.217.950. Na mesma data, aprovou também o aumento do capital social de R\$ 794.860 para R\$ 1.554.860, com emissão de 84.110.804 novas ações, ao preço de R\$ 9,0354 por ação, sendo 53.281.674 ordinárias e 30.829.130 preferenciais, perfazendo um aumento no montante de R\$ 760.000, o

qual foi integralizado exclusivamente pelo acionista controlador, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. Em 30 de junho de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

b. Ações em tesouraria

A Administração do CCB Brasil, com base em deliberações provenientes de reuniões do Conselho de Administração, efetuou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

1. As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
2. No período de 01 de Janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.
3. O valor de mercado das ações em 30 de junho de 2016 era de R\$ 8,25 (Junho/15 - R\$ 7,74).

No primeiro semestre de 2013, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2012 (173.834 ações),

No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações). (Ver nota explicativa 16b).

No primeiro semestre de 2016, não houve movimentação das ações em Tesouraria - R\$ 55.105 (2015 - R\$ 55.105), número de ações correspondente 6.398.518.

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de juros sobre capital próprio no período.

d. Reservas

A apuração de prejuízos contábeis fundamentou a não constituição de reservas.

28 Imposto de renda e contribuição social

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 30 de junho de 2016, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a. Créditos tributários

o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	Dezembro/15	Realizações	Adições	Ajustes 15% - 20%	Junho/16
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	536.280	(67.884)	71.101	-	539.497
Provisão para desvalorização de bens não de uso	17.739	(19)	84	-	17.804
Provisão para contingências e outras	225.672	(35.869)	38.511	-	228.314
Subtotal	779.691	(103.772)	109.696	-	785.615
Prejuízo fiscal	175.112	(1.584)	104.423	-	277.951
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	954.803	(105.356)	214.119	-	1.063.566
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	429.020	(54.309)	56.881	(73.472)	358.120
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.216	(14)	66	1.976	14.244
Provisão para contingências e outras	142.835	(28.621)	30.743	(2.045)	142.912
Subtotal	584.071	(82.944)	87.690	(73.541)	515.276
Base negativa da CSLL acumulada	155.998	(905)	83.383	(37.418)	201.058
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	740.069	(83.849)	171.073	(110.959)	716.334
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.694.872	(189.205)	385.192	(110.959)	1.779.900

Descrição	Dezembro/14	Realizações	Adições	Junho/15
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	361.037	(31.979)	122.064	451.122
Provisão para desvalorização de bens não de uso	19.046	(3.064)	2.156	18.138
Provisão para contingências e outras	168.852	(12.398)	32.560	189.014
Subtotal	548.935	(47.441)	156.780	658.274
Prejuízo fiscal	111.274	(1.163)	17.148	127.259
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	660.209	(48.604)	173.928	785.533
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	216.623	(19.187)	73.239	270.675
Provisão para desvalorização de bens não de uso	11.427	(1.836)	1.295	10.886
Provisão para contingências e outras	101.314	(7.440)	19.534	113.408
Subtotal	329.364	(28.463)	94.068	394.969
Base negativa da CSLL acumulada	96.662	(698)	10.748	106.712
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	426.026	(29.161)	104.816	501.681
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.086.235	(77.765)	278.744	1.287.214

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 5,5% até dezembro de 2016, 10,2% até dezembro de 2017, 8,6% até dezembro de 2018, 1,5% até dezembro de 2019, 2,0% até dezembro de 2020, 14,7% até dezembro de 2021, 3,8% até dezembro de 2022, 4,7% até dezembro de 2023, 16,4% até dezembro de 2024, 18,2% até dezembro de 2025 e 14,4% até dezembro de 2026. É importante ressaltar que o estudo técnico para realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas do plano de negócios do novo controlador e considera ações programadas e ações já implementadas pela administração e pelo controlador, as quais serão revistas tempestivamente de acordo com as normas regulamentares. A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.059/02. Nesse contexto se destacam os seguintes aspectos em relação às condições do registro do crédito tributário:

- A referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais.
- A condição acima deixou de ser aplicável no Banco no exercício de 2014, em decorrência da efetiva mudança de controle acionário e um novo período de histórico de lucratividade para cinco anos foi iniciado.

A Administração, exercida com a influência do novo controlador, acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado e descritos no contexto operacional (nota 1) em que está inserida a companhia, serão suficientes a suportar a realização dos créditos tributários.

No término do 1º semestre de 2016 o CCB Brasil Banco Múltiplo apurou prejuízos fiscais para fins de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, e conforme estimativas da administração a reversão para lucro fiscal até o encerramento deste exercício é pouco provável, além disso, de acordo com estas mesmas estimativas, o Banco possivelmente irá apresentar prejuízo fiscal em 2017. De acordo com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, dentre outras exigências, somente podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando se apresentar expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros e histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.

Diante do exposto, a administração e o controlador vêm adotando medidas para reverter a tendência de resultados fiscais negativos e considera a possibilidade de, durante o primeiro semestre de 2017, vir a apresentar pedido de aprovação ao Banco Central do Brasil,

fundamentada no estudo técnico de expectativa de lucros tributários futuros, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.441 de 29 de outubro de 2015 e Circular nº 3.776, de 30 de dezembro de 2015, visando assegurar a manutenção dos registros de créditos tributários do Banco. Esse processo de transição era esperado, e o novo controlador e a administração confiam plenamente na obtenção de resultados positivos com as medidas descritas na nota explicativa número 1, com a concretização das estimativas que fundamentam a realização projetada para os créditos tributários dentro do prazo estabelecido na regulamentação vigente.

- **Valor presente dos créditos tributários** - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 820.072 (Junho/15 - R\$ 875.948).

b. Passivo diferido

O CCB Brasil possui registrado R\$ 43.157 (Junho/15 - R\$ 15.287) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que, serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 3.747 (Junho/15 - R\$ 19.153) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

Passivo diferido	Dezembro/15	Realizações	Adições	Junho/16
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	30.924	(28.889)	41.122	43.157
IR sobre Superveniência de depreciação	8.767	(5.081)	61	3.747
Total	39.691	(33.970)	41.183	46.904

Passivo diferido	Dezembro/14	Realizações	Adições	Junho/15
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	7.970	(7.970)	15.287	15.287
IR sobre Superveniência de depreciação	30.554	(11.401)	-	19.153
Total	38.524	(19.371)	15.287	34.440

29 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de operações de crédito

	Junho/16	Junho/15
Capital de giro e descontos	198.247	380.778
Contas garantidas	2.656	23.048
Crédito pessoal consignado	129.817	49.280
Financiamentos à importação	2.030	9.718
Financiamentos à exportação	31.758	37.461
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.515	3.323
Financiamentos imobiliários e habitacionais	135	138
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	37.803	39.427
Resolução nº 63/67 - (atual Resolução nº 2.770/00)	291	335
Crédito a pessoas físicas	827	9.947
Outros empréstimos e financiamentos	25.231	37.416
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	71.116	59.181
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	(15.150)	26.286
Total	486.276	676.338

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Junho/16	Junho/15
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.149	12.525
Resultado de títulos renda fixa	152.061	131.993
Rendas de aplicações compromissadas	97.280	90.423
Outras operações com títulos e valores mobiliários	110	8.791
Variação cambial	2.342	6.651
Total	255.942	250.383

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Junho/16	Junho/15
Mercado futuro - dólar	(258.098)	(20.045)
Mercado futuro - DI	(95.267)	36.637
Resultado de compra/venda de opções flexíveis		(23)
<i>Swap</i>	(163.659)	1.330
Variação cambial - <i>Swap</i>	(592.041)	352.868
Termo de moedas	(8.261)	4.679
Total	(1.117.326)	375.446

d. Resultado de câmbio

	Junho/16	Junho/15
Rendas de operações de câmbio	14.721	41.011
Despesas de operações de câmbio	(771)	(1.341)
Variações cambiais	(135.909)	197.333
Total	(121.959)	237.003

e. Despesas de captação no mercado

	Junho/16	Junho/15
Depósitos de poupança	495	396
Títulos e valores mobiliários no exterior	57.753	78.633
Depósitos interfinanceiros	37.178	30.902
Depósitos a prazo	174.660	381.118
Operações compromissadas	86.823	86.158
Despesas de letras do agronegócio - LCA	12.576	15.559
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	11.926	16.068
Despesas de letras financeiras - LF	6.088	7.769
Outras	4.362	15.582
Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	(188.289)	273.979
Total	203.572	906.164

f. Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	Junho/16	Junho/15
Repasse FUNCAFÉ/BNDES	1.637	1.710
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	40.041	27.011
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	(786.480)	280.182
Marcação a mercado - item objeto de hedge	(24.824)	(544)
Total	(769.626)	308.359

g. Outras receitas operacionais

	Junho/16	Junho/15
Recuperação de encargos e despesas	3.503	4.461
Rendas de direitos específicos de controladas não sujeitas ao BACEN	1.850	1.569
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	4.959	7.114
Atualização de depósitos em garantia	9.000	4.273
Reversão de contingências fiscais	961	2.053
Reversão de provisões operacionais	22.739	2.772
Receitas por recebíveis do Governo Federal	38.928	-
Outras rendas operacionais	15.390	9.480
Total	97.330	31.722

h. Outras despesas operacionais

	Junho/16	Junho/15
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	7.184	4.114
Despesas de obrigação por cotas de fundos de investimento	1.640	10.563
Despesas de obrigações específicas de controladas não sujeitas ao Banco Central	2.065	1.672
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	6.575	16.337
Constituição de provisões para fiança	1.899	59.090
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	22.780	16.689
Comissões crédito consignado	56.384	33.527
Programa de remuneração e retenção de funcionários	92	5.035
IOF sobre operações de câmbio próprias	382	557
Outras despesas	1.553	10.724
Total	100.554	158.308

i. Despesas de pessoal

	Junho/16	Junho/15
Salários	69.039	67.092
Benefícios	11.752	11.075
Encargos sociais	24.039	22.736
Honorários da diretoria	7.308	6.167
Outros	425	550
Total	112.563	107.620

j. Outras despesas administrativas

	Junho/16	Junho/15
Despesas de aluguéis e taxas	14.593	14.465
Despesas de comunicações	1.254	1.500
Despesas de manutenção e conservação	4.336	3.568
Despesas de processamento de dados	8.885	9.352
Despesas de promoções e relações públicas	879	1.271
Despesas de propaganda e publicidade	1.193	1.406
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.074	6.590
Despesas de serviços de terceiros	20.473	18.579
Despesas de transportes e viagens	2.778	2.146
Despesas de amortização e depreciação	10.359	10.328
Outras despesas	10.729	12.514
Total	81.553	81.719

k. Despesas tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram o montante de R\$ 8.822 (Junho/15 - R\$ 12.906).

l. Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	Junho/16	Junho/15
Operações de crédito	(15.150)	26.286
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	2.342	6.651
Mercado futuro - dólar	(211.424)	(20.045)
Opções flexíveis - dólar	-	(23)
Swap - dólar	(592.041)	352.868
Termo de moeda - dólar	(8.261)	4.679
Resultado de câmbio	(135.909)	197.333
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	188.289	(273.979)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	785.657	(280.182)
Total	13.503	13.588

m. Resultado não operacional

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	Junho/16	Junho/15
Resultado na alienação de bens	1.219	1.927
Perdas de Capital	(255)	(2.145)
Despesa (Reversão) de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	(303)	1.746
Outros	320	336
Total	981	1.864

30 Acordo da Basileia

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de quatro Resoluções e quinze circulares, conhecido por “Basileia III”, que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas as Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 que determinaram nova metodologia para o cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro de 2013. Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução nº 4.192/13, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução nº 4.280/13. O índice calculado na forma do consolidado prudencial está composto conforme segue:

	Basileia III	Basileia III
	Junho/16	Junho/15
Cálculo do Índice de Basileia Prudencial		
Patrimônio de Referência Nível I	612.350	677.636
- Capital Principal	612.350	677.636
Patrimônio de Referência Nível II	900.311	669.142
- Dívida Subordinada	900.311	669.142
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.512.661	1.346.778
Risco de Crédito	790.309	1.185.443
Risco de Mercado	14.125	2.075
Risco Operacional	70.873	131.177
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	875.307	1.318.695
Índice de Basileia	17,07%	11,23%
Índice de Capitalização Nível I	6,91%	5,65%
Índice de Capitalização Nível II	9,38%	5,58%

31 Demonstrativo do limite de imobilizaçÃO

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

	Junho/16	Junho/15
Limite	756.331	679.294
Situação	145.510	156.241
Margem	610.820	523.053
<u>Índice de imobilização</u>	9,62%	11,50%

32 Avais e Fianças prestadas

- (a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.937.827 (Junho/15 - R\$ 2.228.613) e apresentam a seguinte concentração:

	Junho/16	%	Junho/15	%
Maior tomador de fiança	171.422	8,85	151.983	6,82
10 Maiores fianças	798.383	41,20	715.437	32,10
20 Maiores fianças	1.115.084	57,54	1.084.039	48,64
50 Maiores fianças	1.545.512	79,75	1.582.943	71,03

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 104.966 (Junho/15 - R\$ 59.090), registrada na rubrica “Outras obrigações diversas” (nota 24).

- (b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 26.954 (Junho/15 - R\$ 28.828) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

33 Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678 de 31 de Outubro de 2013 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site <http://www.br.ccb.com/menu/Relacoes-com-Investidores/Governanca-Corporativa/Gestao-de-Riscos/Relatorios-de-Gerenciamento-de-Risco-109> e poderá prover maiores detalhes a respeito.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327 de 25 de Abril de 2014 do Conselho Monetário Nacional (CMN) também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

I. Riscos que o banco se expõe

Na condução de suas operações, o CCB Brasil está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

1. Risco Externo

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

2. Riscos Financeiros

2.1. Risco de Crédito

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

2.2. Risco de Mercado

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

2.3. Risco de Liquidez

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto. O CCB Brasil apresenta no Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, contudo o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 401.633. Além disso, parte significativa dos recursos constantes do passivo na rubrica “Obrigações por Empréstimos” refere-se a operações com controlada, o que minimiza o risco de levar a Instituição a situação ilíquida. Por outro lado, conta a Instituição com controle de caixa mínimo, atualizado sistematicamente e semanalmente que controla o nível de recursos para fazer frente a situações de estresse. A Política de Caixa Mínimo prevê o nível de caixa suficiente para enfrentar 30 dias de não recebimento de recursos, o que torna a instituição apta a enfrentar com antecedência quaisquer alterações de liquidez de mercado.

3. Riscos Não Financeiros

3.1. Risco Operacional

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

3.2. Risco Socioambiental

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.

4. Risco Estratégico

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

II. Gestão de riscos

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse e o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado

Análise de Cenários

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do CCB Brasil em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Value-at-risk

O *Value-at-risk* (valor em risco ou VaR) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas. Para as operações classificadas como Banking (Não Negociação) a gestão do risco tem internamente se utilizado do cálculo pelo EVE - *Economic Value of Equity*.

O EVE é uma solução alternativa e complementar à utilização do VaR paramétrico tradicional para a gestão de risco de mercado associado à carteira banking. Esse modelo propicia uma avaliação mais adaptada ao longo prazo, pois considera que os ativos e passivos não serão desfeitos e, poderão recuperar no tempo, mudanças nas taxas que ocorrem no curto prazo. Esse modelo estima o valor justo dos instrumentos financeiros em diferentes cenários de estresse e estimam as mudanças do valor base em cada um desses casos.

Back testing

Back testing é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado (P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de *Value-at-risk* nas carteiras.

Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR tanto para a carteira *Trading* quanto para a carteira *Banking*, além de limites específicos destas, quando submetidas a estresse, e compara os diversos fatores de risco aos quais o Banco possa estar exposto. O tipo de limite a ser definido e monitorado será previamente determinado pela área de risco de mercado.

A área de risco de mercado é responsável por garantir que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* são obtidos diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos de limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

- **Carteira de Negociação (*trading*):** consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens. A Regra de Volcker impede que instituições invistam seu capital próprio, ou patrocinem, de alguma forma, fundos de hedge e fundos de *private equity*. Por isso, a partir de 30 de junho de 2016, considerando a adesão internacional do CCB Corporation à regra “Volcker”, foram suspensas as operações da carteira trading do CCB Brasil.
- **Carteira *Banking*:** formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação. O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

Principais Riscos de Mercado Geridos

1. Risco de taxas de juros

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o *spread* desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

2. Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte em *hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma

forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

A utilização de derivativos como *swaps* e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

3. *Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)*

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, conseqüentemente, de impacto nos resultados.

4. *Risco de inflação*

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo *hedge* é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com gaps mínimos entre ativos e passivos, além de realizar *hedge* de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

Gestão do Risco Operacional

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculada e ajustada segundo a estratégia de atuação e o apetite ao risco determinado para o momento.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Ferramentas de rating para avaliação do risco de Crédito

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada *Credit Value-at-risk* (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% ($100\% - 99\% = 1\%$), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%.

Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo CCB Brasil com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de *default* aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

34 Outras Informações

- a. O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Junho/16	Junho/15
Operacional		
Comercial	136	190
Captação	9	8
Subtotal	145	198
Suporte e Controle		
Administrativo	273	327
Jurídico/Auditoria	29	27
Controladoria	97	96
Informática	115	113
Outros	-	1
Subtotal	514	564
Total	659	762

b. **Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft Mbh*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre “PR”	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≤ 35%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Maior devedor sobre “PR”	≤ 20%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Exposição Cambial por moeda sobre “PR”	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre “PR”	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

c. **Benefícios pós-emprego a empregados**

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

d. **Seguros**

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

e. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Junho/16	Junho/15
Disponibilidades	58.637	228.310
Aplicações no mercado aberto	-	83.475
Aplicações em moedas estrangeiras	5.456	191.747
Total	64.093	503.532

f. Contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps vinculados a Ações preferenciais do Banco

Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de maio de 2012, foi informado aos acionistas e ao mercado em geral que o CCB Brasil celebrou contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps, com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., no valor total de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com prazo de até dois anos, equivalentes, de um lado à variação das ações preferencias - BICB4 e de outro lado, contra uma taxa equivalente à variação do CDI acrescida de uma taxa prefixada. Na data do balanço os prêmios dos Swaps estavam totalmente liquidados (Junho/15 - prêmios a receber de R\$ 4.649). O valor de referência dessas operações em Junho/15 era de R\$ 7.235.

g. Aplicação de Ajustes Prudenciais em conformidade com a Resolução nº 4.277/13

A partir de 30 de junho de 2015 a Resolução nº 4.277/13 do BACEN estabeleceu a aplicação de ajustes prudenciais referentes ao apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. O Banco desenvolveu controles e metodologia de apreçamento aprovada pela diretoria, bem como procedimento para avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros.

Tal avaliação, baseada na política definida, revelou que para as demonstrações financeiras encerradas na data base de 30 de junho de 2016, não há necessidade de a Instituição realizar ajuste prudencial. Justifica-se pelo que segue:

- A carteira de TVM é composta substancialmente por títulos públicos federais 97,2% (Junho/15 - 98,68%) de uma carteira de R\$ 4.049.526 (Junho/15 - R\$ 3.793.252) que apresentam baixo risco e liquidez abundante.
- Os Instrumentos Derivativos marcados a mercado, que somam R\$ 369.622 (Junho/15 - R\$ 993.430), fazem substancialmente frente ao hedge das posições passivas de captação no exterior, que serão levadas ao vencimento.
- São irrelevantes os volumes de outros instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado.

Conselho de Administração

Presidente: Wensheng Yang

Membros do Conselho: Xi Zhang
Hong Yang
Daniel Joseph McQuoid
Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretor Presidente: Xi Zhang

Diretores Vice-Presidente: Yongdong Jiang
Jin Li (*)
Xiaowei Dong (*)
Milto Bardini
Paulo Celso Del Ciampo

Diretores: Hong Yang
Andrew Murray Hemm
Carlos José Roque
Francisco Edênio Barbosa Nobre

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado: Heraldo Gilberto de Oliveira

Membros do Comitê: Walter Mallas Machado de Barros
Daniel Joseph McQuoid

(*) Renunciaram aos respectivos cargos na data de 14 de julho de 2016.